



Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 515, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.012768/2011-31, resolve:

Designar a Procuradora da República NILCE CUNHA RODRIGUES para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar da "Reunião de Oficiais de Contato Especializados em la luta contra a Trata de pessoas", oferecido pelo Escritório Regional da INTERPOL para a América do Sul, a realizar-se em Buenos Aires, Argentina, nos dias 20 a 22 de setembro de 2011, autorizando, em consequência, o seu afastamento do país, com ônus, no período de 19 a 23 de setembro de 2011.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

PORTARIAS DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/08, e tendo em vista o disposto nos artigos 35, inciso I, e 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, resolve

Nº 1.232 - 1. Exonerar, a pedido, a partir de 19 de setembro de 2011, RENATO VIEIRA VILARINHO, matrícula 21068, do cargo em comissão de Assessor, CC-4, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República, Doutor Hugo Gueiros Bernardes Filho.

2. Nomear ABINADAB GOMES DOS SANTOS, Bacharel em Direito, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula 9967, para exercer o cargo em comissão de Assessor, CC-4, junto ao Gabinete do Subprocurador-Geral da República, Doutor Hugo Gueiros Bernardes Filho.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/08, e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, resolve

Nº 1.233 - Dispensar ABINADAB GOMES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula 9967, da função de confiança de Secretário - Nível II, FC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República, Doutor Hugo Gueiros Bernardes Filho.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/08, e tendo em vista o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, resolve

Nº 1.235 - Designar JULIANA DE CARVALHO SANTOS, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula 21666, para exercer a Função de Confiança FC-1, da Secretaria Geral do Ministério Público Federal, para ter exercício no Conselho Nacional do Ministério Público, em decorrência da dispensa de Flávia Franciny Brito de Oliveira, matrícula 17967, ocorrida em 25/08/11, com publicação no DOU de 06/09/11.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/08, e tendo em vista o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, resolve

Nº 1.236 - Designar ANADIR FERREIRA DE SIQUEIRA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula 22484, para exercer a Função de Confiança FC-1, da Secretaria Geral do Ministério Público Federal, para ter exercício no Conselho Nacional do Ministério Público, em decorrência da dispensa de Thiago Augusto Resende Braz, matrícula 20123, ocorrida em 15/08/11, com publicação no DOU de 06/09/11.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, inciso II, do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20/11/2008, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo PGR/MPF nº 1.00.000.010896/2011-41, resolve:

Nº 1.237 - Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora DEUSENIR GLÓRIA PALMEIRA, matrícula nº 4533-1, Técnico de Apoio Especializado, código TC-204.00, Classe C, Padrão 15, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do art. 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, publicada no DOU de 05/09/2001.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/08, e tendo em vista o disposto nos artigos 35, inciso I, e 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, resolve

Nº 1.238 - 1. Exonerar, a partir de 26 de agosto de 2011, CAROLINA DROLHE HOLANDA SILVA, matrícula 21875, do Cargo em Comissão CC-1 da Secretaria Geral do Ministério Público Federal.

2. Nomear RAFAELA DE CASTRO ANTINORO para exercer o Cargo em Comissão CC-1 da Secretaria Geral do Ministério Público Federal, para ter exercício no Conselho Nacional do Ministério Público.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 23, inciso II, do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.01114/2011-91, resolve:

Nº 1.239 - Conceder pensão civil vitalícia a TEREZA BATISTA DE SOUZA DOURADO, na condição de viúva, a contar de 25/07/2011, data de falecimento do ex-servidor SÓSTHENES DOURADO, matrícula n.º 9298-3, Técnico Administrativo, código TC-201.00, Classe C, Padrão 15, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, cabendo à beneficiária uma cota inteira dos proventos a que fazia jus o instituidor, calculados na forma do art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004, observando-se o disposto no art. 15 da mesma Lei, na redação conferida pelo art. 171 da Lei nº 11.784, de 22/09/2008, e em consonância com os arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

LAURO PINTO CARDOSO NETO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIAS DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 591, de 20 de novembro de 2008, do Procurador-Geral da República e,

CONSIDERANDO as deliberações da reunião do Colégio de Procuradores, realizada no dia 13 de agosto de 2010,

CONSIDERANDO o disposto na PORTARIA PGR Nº 410, de 23 de agosto de 2010, publicada no DOU-2, de 24 de agosto de 2010, que designa o Procurador da República CARLOS VINÍCIUS SOARES CABELLEIRA (titular do 3º Ofício Criminal) para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, prestar, pelo prazo de (um) ano, assistência técnica ao Ministério Público da República Democrática do Timor-Leste, ficando autorizado o seu afastamento do país, a partir de 29 de agosto de 2010,

CONSIDERANDO, finalmente, a delegação de competência atribuída pela PORTARIA PGR Nº 70, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU-2, de 23 de fevereiro de 2011, resolve:

Nº 177 - Art. 1º Designar a Procuradora da República ELISANDRA DE OLIVEIRA OLÍMPIO, lotada no 5º Ofício Cível, para responder, cumulativamente, pelo 3º Ofício Criminal, no período de 19 a 23 de setembro de 2011.

Art. 2º Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradora-Chefe, nos termos do art. 106, do Regimento Interno do Ministério Público Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, e

CONSIDERANDO as deliberações da reunião do Colégio de Procuradores da República, realizada no dia 20 de maio de 2011;

CONSIDERANDO os termos do OFÍCIO MPF/PR/ES Nº 2340, de 16 de junho de 2011,

CONSIDERANDO, finalmente, que o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República autorizou, em 20 de junho de 2011, os Procuradores da República lotados nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus/ES a realizarem itinerância nesta Unidade do Ministério Público Federal, para a substituição em ofício criminal, nos períodos sugeridos através do OFÍCIO MPF/PR/ES Nº 2340/2011, resolve:

Nº 178 - Art. 1º Designar o Procurador da República, MARCO OTAVIO ALMEIDA MAZZONI, lotado na Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim, para responder, em regime de itinerância, pelo 4º Ofício Criminal, no período de 27 a 29 de setembro de 2011.

Art. 2º Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradora-Chefe, nos termos do art. 106, do Regimento Interno do Ministério Público Federal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, e

CONSIDERANDO as deliberações da reunião do Colégio de Procuradores da República, realizada no dia 20 de maio de 2011;

CONSIDERANDO os termos do OFÍCIO MPF/PR/ES Nº 2340, de 16 de junho de 2011,

CONSIDERANDO, finalmente, que o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República autorizou, em 20 de junho de 2011, os Procuradores da República lotados nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus/ES a realizarem itinerância nesta Unidade do Ministério Público Federal, para a substituição em ofício criminal, nos períodos sugeridos através do OFÍCIO MPF/PR/ES Nº 2340/2011, resolve:

Nº 179 - Art. 1º Designar o Procurador da República, RAFAEL ANTONIO BARRETTO DOS SANTOS, lotado na Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim, para responder, em regime de itinerância, pelo 4º Ofício Criminal, no período de 4 a 6 de outubro de 2011.

Art. 2º Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradora-Chefe, nos termos do art. 106, do Regimento Interno do Ministério Público Federal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

NADJA MACHADO BOTELHO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 67, DE 23 DE AGOSTO DE 2011

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar a servidora KEILLA FERREIRA DA ENCARNACÃO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Matr nº 9959, para a função de Chefe do Núcleo de Tutela Coletiva, Código FC-03 da PRMA.

JOSÉ RAIMUNDO LEITE FILHO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 226, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 54, de 19 de fevereiro de 1993, resolve:

Dispensar ANDERSON BENITO DE OLIVEIRA LIMA, matrícula 13619-1, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, da função de confiança de Assessor - Nível I, Código FC-2, do Gabinete da Dra. Silmara Cristina Goulart, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, e designar LUCIANA RIBEIRO FERREIRA, matrícula 11738-2, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, para exercer a referida função.

ADAILTON RAMOS DO NASCIMENTO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIAS DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, considerando o teor do art. 50, II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e os termos da Portaria PGR nº 223/1993, de 30 de junho de 1993, da Portaria PGR nº 472/2008, de 23 de setembro de 2008 e da Portaria PGR nº 192/2010, de 01 de fevereiro de 2010, resolve:

Nº 1.455 - I - Designar o Procurador da República no Município de Franca JOÃO BERNARDO DA SILVA para ocupar a Procuradoria da República no Município de Araraquara, no período de 20 a 22 de setembro de 2011, sem prejuízo de suas demais atribuições.

II - Determinar seja dado conhecimento ao Procurador designado e à Subseção Judiciária de Araraquara.

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, considerando o teor do art. 50, II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e os termos da Portaria PGR nº 223/1993, de 30 de junho de 1993, da Portaria PGR nº 472/2008, de 23 de setembro de 2008 e da Portaria nº 192/2010, de 01 de fevereiro de 2010, resolve:

Nº 1.456 - I - Designar o Procurador da República no Município de Ribeirão Preto CARLOS ROBERTO DIOGO GARCIA para ocupar a Procuradoria da República no Município de Assis, no período de 21 a 23 de setembro de 2011, sem prejuízo de suas demais atribuições.

II - Determinar seja dado conhecimento ao Procurador designado e à Subseção Judiciária de Assis.



A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, considerando o teor do art. 50, II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e os termos da Portaria PGR nº 223/1993, de 30 de junho de 1993, da Portaria PGR nº 472/2008, de 23 de setembro de 2008 e da Portaria nº 192/2010, de 01 de fevereiro de 2010, resolve:

Nº 1.457 - I - Designar o Procurador da República no Município de Jales THIAGO LACERDA NOBRE para ocupar a Procuradoria da República no Município de São José do Rio Preto, no período de 20 a 22 de setembro de 2011, sem prejuízo de suas demais atribuições.

II - Determinar seja dado conhecimento ao Procurador designado e à Subseção Judiciária de São José do Rio Preto.

A PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, do artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e na Resolução PR-SP nº 1, de 12 de novembro de 2010, considerando o teor do Ofício PR-SP nº 21.179/2011, datado de 14 de setembro de 2011, resolve:

Nº 1.458 - I - Designar a Procuradora da República em São Paulo THAMEA DANIELON DE MELO para atuar em conjunto com a Procuradora da República em São Paulo EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA nos autos nº 0011804-75.201.0403.6181;

II - Designar a Procuradora da República em São Paulo EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA para atuar em conjunto com a Procuradora da República em São Paulo THAMEA DANIELON DE MELO nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.34.001.008301/2010-18;

III - Determinar seja dado conhecimento às Procuradoras da República acima referidas, bem como à Divisão de Tutela Coletiva e à Divisão de Matéria Criminal.

ANAMARA OSÓRIO SILVA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL

PORTARIAS DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 91, XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 532 - Exonerar, a partir de 12/08/2011, a servidora NÁDIA ABU GHANEM, matrícula 6000583-1, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, do Cargo em Comissão de Assessor Especial do Procurador-Geral do Trabalho, código CC-5, para o qual foi nomeada na condição de interina, através da Portaria nº 189, publicada no Diário Oficial da União de 11/04/2011, Seção 2, página 47.

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 91, XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e o que consta da Portaria nº 416, de 16.08.2011, publicada no BS Especial 8E de 18.08.2011, alterada pela Portaria nº 464, de 30.08.2011, publicada no BS Especial 8J de 31.08.2011, resolve:

Nº 533 - Designar o Procurador Regional do Trabalho EGON KOERNER JUNIOR para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, para um mandato de 2 (dois) anos a contar de 20.9.2011.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO

PORTARIAS DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 91, XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 534 - I - Designar, a contar de 20.9.2011, a Procuradora do Trabalho ELIANE LUCINA para exercer o encargo de substituta eventual do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região/PR, em substituição à Procuradora do Trabalho VIVIANE DOCKHORN WEFFORT, designada pela Portaria nº 399, de 29.9.2009, publicada na Seção 2 do DOU de 30.09.2009.

II - Designar, a contar de 20.9.2011, o Procurador do Trabalho GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA para exercer o encargo de responder pela Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região/PR, durante o afastamento do titular e da substituta, em substituição ao Procurador do Trabalho INAJÁ VANDERLEI SILVESTE DOS SANTOS, designado pela Portaria nº 468, de 15.10.2007, publicada na Seção 2 do DOU de 16.10.2007.

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 91, XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 535 - I - Designar o Procurador do Trabalho JOAQUIM RODRIGUES NASCIMENTO para exercer o encargo de substituto eventual da Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região/DF, dispensando-o do encargo que ora ocupa.

II - Designar a Procuradora do Trabalho VALESKA DE MORAIS DO MONTE para exercer o encargo de responder pela Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região/DF, nos eventuais afastamentos da titular e do substituto.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 261, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

A Diretora-Geral do Ministério Público do Trabalho, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 160 da Portaria MPT-PGT nº 499, de 12 de dezembro de 2008 e tendo em vista o que consta no Processo MPT nº 08130.004363/2011, resolve:

Conceder aposentadoria, com proventos integrais, à servidora VICENTINA MARIA DE RESENDE SALVIANO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C padrão 15, matrícula nº 6000004-X, da Carreira de Técnico do MPU, do Quadro Permanente deste Ministério Público do Trabalho, com fundamento nos artigos 6º e 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003, combinado com o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 05.07.2005, com as vantagens dos artigos 2º e 3º da lei nº 8.911/94, alterado pela lei nº 9.527/97.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 304, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o contido no Processo nº 08160.014699/11, resolve:

Declarar vago, a partir de 02 de setembro de 2011, o cargo de Técnico Administrativo, código TC20100, Classe A, Padrão T MPU-A4, ocupado pelo servidor Rodrigo Ladeira de Oliveira, matrícula nº 1135-5, com fundamento no artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

CLAUDIA MARCIA RAMALHO MOREIRA LUZ

Tribunal de Contas da União

GABINETE DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 246, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXIII do artigo 2º, do Regimento Interno, resolve:

TORNAR sem efeito a Portaria-TCU nº 239, de 9 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2011, Seção 2, página 55.

BENJAMIN ZWYMLER

PORTARIA Nº 249, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NA PRESIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, inciso III, da Lei nº 8.443, publicada em 17 de julho de 1992, c/c o inciso I do art. 31, do Regimento Interno do TCU, e tendo em vista as informações constantes do processo nº TC-012.577/2011-1, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária, com proventos integrais, à servidora MARIA DE FÁTIMA BARBOSA FERREIRA, matrícula 964-4, no cargo de Auditor Federal de Controle Externo, Área Controle Externo, Especialidade Controle Externo, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 6 de julho de 2005, acrescido da vantagem prevista no artigo 2º da Lei nº 8.911, publicada em 12 de julho de 1994, e artigo 15, § 1º, da Lei nº 9.527, publicada em 11 de dezembro de 1997, e no art. 13 da Lei nº 9.624, publicada em 8 de abril de 1998.

AUGUSTO NARDES

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIAS DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea "h" do art. 9º do Regimento Interno e com base no inciso I do art. 35 da Lei nº 8.112, de 1990, resolve:

Nº 460 - Exonerar MARCO AURÉLIO NETO, Analista Judiciário, Área Judiciária, do cargo em comissão de Secretário, Nível CJ-3, da Secretaria Judiciária.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea "h" do art. 9º do Regimento Interno, com base no inciso II do art. 9º e no inciso I do art. 35 da Lei nº 8.112, de 1990, resolve:

Nº 463 - I) Dispensar: FERNANDO MACIEL DE ALENCASTRO, Analista Judiciário, Área Judiciária, da função de confiança de Assistente VI, Nível FC-6, da Secretaria Judiciária.

II) Nomear: FERNANDO MACIEL DE ALENCASTRO, Analista Judiciário, Área Judiciária, no cargo em comissão de Secretário Judiciário, Nível CJ-3, da Secretaria Judiciária.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA Nº 468, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das suas competências, com base no inciso II do art. 9º e no inciso I do art. 35 da Lei nº 8.112, de 1990, resolve:

Art. 1º Dispensar:

I) JOAQUIM JOSINO DA ROCHA FILHO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente I, Nível FC-1, da Secretaria Judiciária;

II) REGINALDO ALVES DE SOUSA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente V, Nível FC-5, da Secretaria Judiciária.

Art. 2º Designar:

I) ADRIANA KOEHLER, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente I, Nível FC-1, da Secretaria Judiciária;

II) JOAQUIM JOSINO DA ROCHA FILHO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente V, Nível FC-5, da Secretaria Judiciária;

III) REGINALDO ALVES DE SOUSA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente VI, Nível FC-6, da Secretaria Judiciária.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 10, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 7º, § 2º, da Lei nº 11.798, de 29 de outubro de 2008, e no art. 2º da Resolução CJF n. 50, de 16 de março de 2009, resolve:

REQUISITAR, para atuar em auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, a partir de 12 de setembro do corrente ano, até ulterior deliberação, sem prejuízo de seus direitos e vantagens, o magistrado JORGE GUSTAVO SERRA DE MACÊDO COSTA, Juiz Federal da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 1.427 - NOMEAR, nos termos dos arts. 9º, I, e 10º da Lei 8.112/1990, c/c a Lei 11.416/2006, a candidata BARBARA DA SILVA COSTA, aprovada no 4º Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Distrito Federal, em decorrência da vacância do cargo ocupado por Carlos Allan Reis Alves.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 1.429 - NOMEAR, nos termos dos arts. 9º, I, e 10 da Lei nº 8.112/1990, c/c a Lei nº 11.416/2006, o candidato JOAO BATISTA DA SILVA FERREIRA, aprovado em Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Amazonas, em decorrência da aposentadoria de José da Silveira Pinto.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 1.432 - TORNAR SEM EFEITO, nos termos do art. 13, § 6º, da Lei 8.112/1990, a nomeação da candidata SORAIA PEREIRA MECAWI, feita pelo Ato/PRESI/SECRE - 1182, de 29/07/2011, publicado no Diário Oficial da União de 02/08/2011, Seção II, para o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso.